ATA DA 537ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE EUROPEU – AMVE (CNPJ 23.779.413/0001-43, SITO À RUA ALBERTO STEIN, 466 VELHA, BLUMENAU/SC, REALIZADA NO DEZOITO DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.

Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às 15 horas, na sala Vale Europeu da AMVE, realizou-se a quingentésima trigésima sétima Assembleia Geral ordinária da Associação de Municípios do Vale Europeu (AMVE). A assembleia contou com a presença do senhor Soires Trentini, vice-prefeito do município de Ascurra; do senhor Andre Vechi, prefeito do município de Brusque; do senhor Arão Josino da Silva, prefeito do município de Ascurra; da senhora Maria Regina de Souza Soar, vice-prefeita do município de Blumenau; do senhor Geleade Gadiel Wollert, prefeito do município de Doutor Pedrinho; do senhor Jean Michel Grundmann, prefeito do município de Benedito Novo; do senhor Jorge Luiz Stolf, prefeito do município de Rio dos Cedros; do senhor Marcelo Doutel da Silva, prefeito do município de Apiúna; do senhor Nei Paulo Venturi, prefeito do município de Rodeio; do senhor Rafael Ramthun, prefeito do município de Pomerode, do senhor Silvio Cesar da Silva, prefeito do município de Indaial. Em primeiro ato, constatando-se quórum estatutário, foi aberta a assembleia, secretariada por mim, Jaqueline Andrieti. Em prosseguimento, o senhor André Vechi, prefeito de Brusque e presidente da entidade, apresentou a Ordem do Dia, composta pelos seguintes itens: 1. Aprovação da ata da reunião anterior; 2. Apresentação do Cofinanciamento Estadual da Política de Assistência Social 2026 e novas possibilidades aos municípios; 3. Reforma tributária e composição do CGIBS; 4. Prestação de contas da AMVE – exercício de 2025; 5. Cenário econômico; e 6. Assuntos gerais. Com relação ao primeiro item, o presidente submeteu à apreciação dos presentes a ata da 536ª Assembleia Geral Ordinária, ressaltando que seu envio prévio havia sido realizado por meio eletrônico a todos os prefeitos. Não havendo manifestações nem objeções, a ata foi aprovada por unanimidade. Na sequência, passando ao segundo item de pauta, com a posse da palavra, a senhorita Nayara Brito, assessora de assistência social da AMVE fez uma apresentação acerca do Cofinanciamento Estadual da Política de Assistência Social para o ano de 2026, destacando uma pactuação considerada histórica firmada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB). Foi informado que o Governo do Estado ampliou significativamente os recursos destinados à assistência social, com repasses diretos aos municípios no valor de R$ 70 milhões, podendo atingir aproximadamente R$ 136 milhões ao considerar aportes adicionais através do Fundo de Direitos Humanos. Esses recursos contemplam serviços, programas, projetos e benefícios já executados pelos municípios, bem como novas possibilidades, especialmente para a proteção social especial de média e alta complexidade. A senhorita Nayara ressaltou o aumento expressivo dos valores para municípios com Centro Especializado de Assistência Social - CREAS e serviços de acolhimento, além do aporte destinado a estruturação das equipes de referência da proteção especial em municípios de pequeno porte. A assessora técnica também abordou questões relacionadas à revogação da regionalização da proteção especial em Santa Catarina, à situação dos serviços consorciados, à possibilidade de habilitação de municípios que ainda não possuem equipe técnica estruturada da PSE e à abertura de recursos para construção de equipamentos Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e CREAS mediante solicitação formal do prefeito ao

Governo do Estado. Por fim, a assessora evidenciou a preocupação do colegiado de gestores municipais de assistência social diante dos dados alarmantes relacionados às mulheres vítimas de violência doméstica nos municípios da região. Enfatizou os estudos e discussões que vêm sendo realizados diante do enfrentamento a esse tipo de violência, através de um robusto estudo elaborado pela equipe técnica da AMVE e do Consórcio Público Interfederativo de Saúde e Serviços do Vale Europeu - CISAMVE que apresentará o diagnóstico da região diante dessa demanda, bem como qual hoje é a estrutura de serviço existentes para atendimento, com a perceptiva de implantação de serviço regionalizado. Assessora informou que assim que os estudos estiverem finalizados, será apresentado em assembleia de prefeitos para apreciação e possíveis encaminhamentos. Dando sequência, no terceiro item da pauta, o senhor Guilherme Ouriques, secretário de Fazenda do município de Brusque, explanou sobre a reforma tributária e da composição do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços – CGIBS. Foi apresentado o funcionamento do comitê, cuja composição é paritária entre estados e municípios, sendo destacado que Santa Catarina encontra-se amplamente representada, com membros titulares e suplentes de diferentes municípios. O senhor Guilherme evidenciou que, pela primeira vez, os municípios passaram a deter peso deliberativo relevante nas decisões, superando a lógica histórica de predominância dos estados. Ele também enfatizou sobre as regras de transição do novo tributo, sobretudo o fato de que a média da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e do Imposto Sobre Serviços – ISS, no período compreendido entre 2019 e 2026, será determinante para os repasses futuros por longo prazo. Nesse contexto, foi ressaltado o caráter estratégico do ano de 2025, especialmente quanto à ampliação da arrecadação do ISS. Também foram discutidos os impactos da mudança do critério de origem para destino, as consequências para municípios exportadores, o encerramento de incentivos fiscais, as alternativas de compensação financeira e a necessidade de atuação política conjunta visando à garantia de investimentos em infraestrutura e ao desenvolvimento econômico local. Dando continuidade à pauta, foi apresentada pelo senhor José Rafael Corrêa, consultor em Gestão Fiscal e Integridade Pública da AMVE, a prestação de contas da entidade referente ao exercício de 2025. Foram exibidos os demonstrativos financeiros, incluindo a Demonstração do Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial, sendo informado que a associação encerrou o período com receita aproximada de R$ 7,34 milhões e despesas em torno de R$ 7,26 milhões, resultando em superávit financeiro aproximado de R$ 84 mil, revertendo déficit registrado no exercício anterior. Foi destacado, ainda, que a entidade não possui parcelamentos, atrasos previdenciários ou pendências relevantes com fornecedores. Encerrada a apresentação, a prestação de contas foi colocada em discussão e, não havendo questionamentos, foi submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade. Ainda no uso da palavra, foi apresentado pelo consultor o quinto item da pauta, referente ao cenário econômico, com base em dados atualizados de arrecadação e projeções para os próximos meses. O senhor José Rafael explica que foram analisados os comportamentos do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, que apresentou crescimento inferior em razão de alterações na legislação estadual; do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, que gera preocupação diante da ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda; e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de

Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, que segue com crescimento moderado, impulsionado principalmente pelo ICMS. Em relação a esse imposto, ele destacou a relevância do índice de educação e a preocupação com municípios que apresentaram redução nesse indicador, impactando os repasses. Foram, ainda, apontados riscos relacionados a possíveis desonerações tributárias sem compensação adequada aos municípios, ao aumento das despesas previdenciárias, à reposição de pisos salariais, especialmente do magistério, e ao maior rigor dos órgãos de controle quanto à prestação de informações, emendas parlamentares e regularidade fiscal. Nos assuntos gerais, foram abordados pelo senhor Cássio Murilo Chatagnier de Quadros, diretor executivo da AMVE, diversos temas institucionais e administrativos. Foi destacada a proposta de realização de nova missão internacional à Alemanha, prevista para o mês de maio, com prioridade para prefeitos que ainda não participaram de edições anteriores. Foram realizados convites para eventos institucionais, como o encontro "Elas na Governança" e reuniões com o Banco Mundial. Na área da educação, foram mencionados o seminário sobre segurança nas escolas, a necessidade de elaboração do Plano Municipal da Primeira Infância e os resultados positivos alcançados pela região nos índices de alfabetização. Também foram discutidos problemas enfrentados por municípios em relação à Celesc, com solicitação para que a diretoria da concessionária participe de reunião futura. Em seguida, foi proposta pelo prefeito de Brusque a expedição de ofício manifestando apoio institucional à indicação do prefeito Arão para a Secretaria de Estado do Planejamento, proposta que foi aprovada pelos demais prefeitos. Nada mais havendo a tratar, o senhor André Vechi, presidente da entidade, declarou encerrada a assembleia. E, para constar, eu, Jaqueline Andrieti, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim, pelo presidente e pelo diretor executivo da AMVE.

André Vechi
Presidente
Prefeito de Brusque

Cassio Murilo Chatagnier de Quadros
Diretor Executivo

Jaqueline Andrieti
Secretária Executiva